

MAIO 2026

jornal



Federação Nacional da Educação



**AFIRMAR
O FUTURO**

WWW.FNE.PT



ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

29 - 36

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 24

AÇÃO SINDICAL

37 - 54

INTERNACIONAL

25 - 26

LINHA DO TEMPO

55 - 57

SAÚDE

27 - 28

TEM A PALAVRA



FICHA TÉCNICA | MAIO 2026

Proprietário

Federação Nacional da Educação

Diretor

Pedro Barreiros

Produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado

Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro

Mário Jorge

Redação

Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação

Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SZLN SPZC



SDP

SDPA



SPT

STAZN

STAE

STAE

FILIAÇÃO



EDITORIAL



“Onde há fumo, há fogo”

A expressão popular pode bem aplicar-se ao momento que atravessamos na educação e, em particular, ao processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Aquilo que fui dizendo ao longo dos últimos meses, e que alguns poderão ter considerado exagerado ou precipitado, talvez não esteja assim tão distante da realidade. A análise crítica dos últimos anos, aliada aos acontecimentos mais recentes, leva-nos inevitavelmente a encarar este percurso com preocupação, mas também com um crescente ceticismo.

A verdade é que os professores e educadores têm vivido numa sucessão de processos interrompidos, promessas adiadas e negociações que raramente chegam ao fim no tempo e na forma que seriam exigíveis. O país parece incapaz de garantir estabilidade às políticas educativas e continuidade às decisões que influenciam diretamente a vida de milhares de profissionais e o futuro da Escola Pública.

Importa, contudo, reconhecer que foi precisamente pela via do diálogo persistente, da negociação séria e da responsabilidade sindical que a FNE conseguiu alcançar um acordo histórico para a recuperação do tempo de serviço congelado dos professores. Um processo difícil e contestado por alguns, mas que demonstrou que é possível obter resultados concretos quando existe determinação, capacidade negocial e sentido de compromisso.

Esse acordo não resolveu todos os problemas da carreira docente, mas representou um passo de enorme importância na reposição de justiça para milhares de profissionais que aguardavam há demasiado tempo pelo reconhecimento efetivo do seu percurso e do trabalho realizado ao serviço da Escola Pública.

Iniciámos um processo negocial para a revisão do ECD que acabou abruptamente interrompido pela queda do Governo. Retomámos as negociações com o atual Executivo e, apesar da disponibilidade demonstrada pela FNE para trabalhar de forma séria e construtiva, estamos ainda apenas no segundo tema de um total de sete áreas negociais previstas. Este facto, por si só, demonstra a dimensão do caminho que ainda falta percorrer.

Mas perante o contexto político atual, é legítimo que os professores questionem: haverá condições para concluir este processo? Ou estaremos novamente perante o risco de um novo ciclo de instabilidade política que conduza a mais uma interrupção, a mais um recomeço, a mais tempo perdido?

Essa é uma preocupação real. E é uma preocupação justa.

Porque aquilo que está em causa não é apenas um calendário negocial ou um conjunto de reuniões formais. O que está verdadeiramente em causa é a valorização da profissão docente, o reconhecimento do desgaste acumulado ao longo de anos difíceis, a recuperação da confiança numa carreira que precisa urgentemente de voltar a ser atrativa, dignificada e respeitada.

Os professores não podem continuar a viver permanentemente suspensos entre expectativas e desilusões. Necessitam de Esperança num futuro melhor. Não podem continuar a assistir a processos que se arrastam indefinidamente enquanto os problemas se agravam nas escolas: falta de docentes, envelhecimento da profissão, burocracia excessiva, horários incomportáveis, dificuldades de recrutamento e um crescente sentimento de desgaste e desmotivação.

A Educação exige visão estratégica, estabilidade e compromisso político sério. Não se compadece com soluções avulsas nem com ciclos sucessivos de interrupção e improviso. O país precisa de perceber, de uma vez por todas, que investir nos professores é investir no futuro coletivo.

Da parte da FNE, manteremos a mesma postura de sempre: responsabilidade, firmeza e sentido construtivo. Continuaremos a participar nas negociações com seriedade, apresentando propostas concretas e defendendo soluções equilibradas que respondam às legítimas expectativas dos docentes. Não alimentamos discursos de destruição nem estratégias de radicalização estéril. Mas também não deixaremos de denunciar atrasos, hesitações ou sinais preocupantes sempre que estes coloquem em causa os interesses da profissão e da Escola Pública.

Vivemos tempos difíceis. Tempos marcados por processos sucessivamente adiados, expectativas constantemente suspensas e uma classe profissional que continua à espera de respostas concretas, estabilidade e respeito pelo seu percurso e pelo seu trabalho.

É o que temos. Mas não é, certamente, aquilo que os professores merecem.


PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



MECI garantiu concursos centralizados no Ministério

A proposta apresentada pelo Governo na reunião negocial de 11 de maio, deixava a garantia que os concursos são centralizados no ministério para afastar qualquer hipótese de contratação por outras entidades, quer no presente, quer no futuro, possibilidade que começou a ser disseminada nas redes sociais.

Pedro Barreiros, Secretário-geral da FNE, salientou sobre este ponto a "preocupação dos professores com o que andava a ser dito".

Mas o articulado apresentado aos sindicatos garante que "todo o processo de colocações é feito sob a tutela da área governativa do Ministério da Educação e não pelas autarquias, assim como garante que os concursos são anuais", disse Pedro Barreiros.

As propostas de alteração ao ECD também mantêm os atuais 63 Quadros de Zona Pedagógica (QZP) "e a mobilidade interna, que na primeira versão (do Governo) estava em causa", acrescentou.

Para o secretário-geral da FNE, a proposta do Governo não tem "grandes implicações" porque "se limita a assumir por escrito dados bem percebidos e acolhidos por todos. O aspeto mais complexo tem a ver com as prioridades nos concursos", mas o Governo decidiu não fechar já as negociações sobre esse ponto, prometendo enviar ao final do dia [11 de maio], uma nova proposta de articulado com a definição de prioridades tendo em conta as propostas dos sindicatos, referiu.

Os sindicatos irão depois pronunciar-se sobre o modelo sugerido, mas Pedro Barreiros avisa que terá de garantir que o respeito pela graduação profissional ocorre em todos os momentos do concurso.

Entre as propostas da FNE está a possibilidade de ser criada "uma nova prioridade no concurso para os docentes com 365 dias de serviço nos últimos três anos, para não serem ultrapassados pelos docentes do privado", disse.

FNE/LUSA





Contributos

NEGOCIAIS

REVISÃO DO MODELO DE RECRUTAMENTO E COLOCAÇÃO DE DOCENTES

TEMA 2 - HABILITAÇÃO PARA A DOCÊNCIA, RECRUTAMENTO E ADMISSÃO

RESPOSTA À PROPOSTA DE ARTICULADO REMETIDA
PELO MECI EM 18 DE MAIO DE 2026

COMISSÃO EXECUTIVA
22 MAIO 2026





FNE saudou o respeito pela lista graduada

Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, fez o balanço da reunião da tarde de 18 de maio entre a Federação e o MECI sobre o novo modelo de recrutamento e colocação de docentes.

E a FNE manifestou-se satisfeita, sublinhando que a tutela acolheu, ao longo do processo negocial, muitas das suas propostas, e saudou, em particular, o respeito pela lista graduada nacional - com base no tempo de serviço e classificação no curso de habilitação para a docência.

“Em termos práticos, teremos de aguardar pela operacionalização, para perceber se efetivamente se consegue obter a eficiência prevista no campo teórico”, disse o vice-secretário-geral da FNE, acrescentando que, se isso acontecer, será positivo para escolas, alunos e professores.

FNE/LUSA





REVISÃO DO

ESTATUTO DA CARREREIRA

Docente

2026

PROPOSTAS FNE E MECI
DOCUMENTOS



DOIS ANOS DE UM ACORDO HISTÓRICO QUE DEVOLVEU ESPERANÇA À PROFISSÃO DOCENTE

Assinalaram-se os dois anos da celebração do acordo alcançado entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Governo para a recuperação do tempo de serviço congelado dos professores e educadores, um momento marcante na valorização da carreira docente e na reposição de justiça para milhares de profissionais da educação.

O acordo, celebrado a **21 de maio de 2024**, permitiu garantir a recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviço congelado durante o período da troika, definindo um calendário de contabilização faseada entre 2024 e 2027. Mais do que um compromisso, este acordo representou um sinal claro de reconhecimento pelo trabalho, dedicação e resiliência demonstrados pelos educadores e professores portugueses.

Dois anos depois, é possível afirmar que este acordo teve um impacto concreto na vida de milhares de docentes, permitindo melhorar posicionamentos remuneratórios, desbloquear progressões e devolver perspetivas de desenvolvimento profissional que muitos já consideravam inalcançáveis.

Para a FNE, este foi um acordo histórico porque demonstrou que o diálogo, a negociação séria e a persistência sindical podem produzir resultados efetivos para os trabalhadores da educação. Foi também uma conquista que devolveu confiança e esperança a uma classe profissional que durante demasiado tempo viu os seus direitos adiados.

A recuperação do tempo de serviço constituiu igualmente um importante contributo para a dignificação da carreira docente, num momento em que continua a ser essencial valorizar a profissão e criar condições para atrair e fixar novos professores nas escolas portuguesas.

A FNE reafirma, neste dia simbólico, o seu compromisso de continuar a lutar pela valorização da carreira docente, pela melhoria das condições salariais e de trabalho e pela defesa de uma Escola Pública de qualidade. Nesse sentido, a Federação atribui particular importância à negociação em curso para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), defendendo soluções justas, transparentes e equilibradas que contribuam efetivamente para melhorar a vida profissional dos educadores e professores, valorizar o seu trabalho, reforçar a atratividade da profissão e dar resposta aos desafios que hoje se colocam à Escola Pública.

A FNE continuará a assumir uma postura responsável, determinada e construtiva, colocando sempre no centro da negociação a dignificação da profissão docente e o reconhecimento do papel essencial dos professores e educadores na construção do futuro do país.

**Porque valorizar os professores é investir no futuro de Portugal.
Porque os Professores merecem!**





FNE na apresentação da Reforma estrutural da Educação, Ciência e Inovação

O Secretário-Geral, Pedro Barreiros e o Secretário-Geral Adjunto, José Luís Abrantes, marcaram presença a 13 de maio de 2026, na 1.ª sessão da Comissão de Acompanhamento e Validação e das Subcomissões para a área da Educação e do Ensino Superior, Ciência e Inovação - no âmbito da reforma orgânica do MECI, nas instalações do Ministério, em Lisboa.

No espaço aberto ao debate, Pedro Barreiros questionou a tutela relativamente à calendarização e aos objetivos da reforma apresentada, ao qual o Ministro da Educação respondeu assumindo que esses dados serão brevemente revelados.



CONTRATAÇÃO COLETIVA exige compromisso e respeito pelo que foi negociado

A negociação coletiva é, para a FNE, muito mais do que um exercício formal. Representa um compromisso com os trabalhadores, com a estabilidade das instituições e com a credibilidade das relações laborais no setor da educação. É, igualmente, um espaço de construção de confiança, consolidado ao longo dos anos, mesmo quando as matérias em discussão se revelam particularmente exigentes ou sensíveis.

No passado dia 12 de fevereiro, concluímos, em Lisboa, um ciclo de cinco reuniões negociais com a Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF), iniciado a 19 de novembro de 2025, em S. João da Madeira. Este processo teve como objetivo a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho aplicável ao Ensino Particular e Cooperativo, ao Ensino Profissional, ao Ensino Profissional Artístico e ao Ensino Artístico Especializado, com vigência prevista para os próximos dois anos, a partir de 1 de setembro de 2026.

Ao longo de quatro meses, a delegação da FNE participou neste processo de forma séria, responsável e construtiva, procurando alcançar um acordo que valorizasse efetivamente as carreiras, melhorasse as condições de trabalho e assegurasse uma atualização justa das tabelas salariais e dos mecanismos de progressão.

A FNE apresentou propostas centradas na valorização salarial, na clarificação e transparência do articulado, na melhoria das condições de trabalho e na recuperação faseada do tempo de serviço no ensino profissional. Ao longo das reuniões, foram sendo consolidadas matérias, aproximadas posições e identificadas questões que exigiam validação adicional por parte das entidades envolvidas.

Contudo, em 27 de janeiro de 2026, a FNE recebeu da CNEF um ofício comunicando a suspensão da aplicação do CCT negociado até que o Governo proceda a uma atualização do financiamento, em pelo menos 9%, para o ensino particular e cooperativo com contrato de associação ou de patrocínio, bem como para o ensino profissional financiado e para as escolas profissionais. Foi ainda comunicada a suspensão da aplicação do CCT nos estabelecimentos com contrato de cooperação até que o financiamento por aluno seja atualizado em, pelo menos, 30%.

Desde então, têm sido desenvolvidos esforços por ambas as partes no sentido de encontrar soluções que permitam ultrapassar este impasse. Até ao momento, porém, sem resultados concretos.

A FNE não ignora as dificuldades existentes no setor relativamente ao financiamento público. Contudo, a imposição de condições prévias que inviabilizam a aplicação do que foi negociado, incluindo qualquer atualização salarial a partir de 1 de setembro de 2026, coloca em causa a própria essência da contratação coletiva e compromete a confiança que deve existir entre as partes negociais.

A negociação coletiva nunca foi um processo simples. Ainda assim, sempre assentou no respeito mútuo e na consciência de que, mesmo perante divergências, existia um objetivo comum: encontrar soluções equilibradas e justas.

A FNE continuará a acompanhar este processo com serenidade, responsabilidade e firmeza. Mas não deixará de afirmar, com total clareza, que qualquer caminho que fragilize a aplicação plena do contrato coletivo terá consequências nas relações laborais e na confiança entre as partes.

A defesa da contratação coletiva, da valorização profissional e da dignidade dos trabalhadores da educação não é circunstancial. É estrutural. E continuará a ser um compromisso inabalável da FNE.

FNE em Audição Pública sobre o Projeto de Lei 398/XVII/1

O Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto e o Secretário Nacional, Pedro Brandão, representam a FNE na 1ª Comissão CACDLG XVII - Audição Pública sobre o Projeto de Lei 398/XVII/1 (PSD) – Estabelece medidas de proteção de crianças em ambientes digitais, que decorre neste momento na Assembleia da República, em Lisboa.



Audição completa

FNE presente na Conferência «Valorização da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário»

FNE presente na Conferência «Valorização da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário»

Esta conferência teve o objetivo de promover uma reflexão sobre esta carreira, ouvindo para o efeito as entidades do setor, nomeadamente os representantes das instituições do ensino superior (público e privado) e os sindicatos dos docentes.

Intervenções de Joaquim Messias, Secretário Nacional da FNE, na Conferência



Vídeo completo AR TV



FNE em reunião de negociação relativa à revisão do Regime Jurídico do EPE

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros e o Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, marcaram presença no dia 28 de maio de 2026, na reunião de negociação relativa à revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE), realizada em Lisboa, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Neste encontro foi apresentado e entregue o articulado da proposta inicial que irá agora merecer a análise da FNE e posterior envio de contraproposta até ao dia 15 de junho de 2026, data marcada para a próxima reunião sindical.



Audiência na AR

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE): VALORIZAR A LÍNGUA, A CULTURA E OS PROFESSORES



Federação Nacional da Educação
www.fne.pt

A FNE esteve representada pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, e pelo Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, numa audiência realizada no dia 12 de maio de 2026, na Assembleia da República, com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Nesta audição, a FNE apresentou um conjunto de propostas destinadas ao reforço e valorização do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), sublinhando a necessidade de melhorar a qualidade pedagógica do ensino, reduzir a heterogeneidade das turmas, garantir condições de estabilidade profissional aos docentes e assegurar uma efetiva valorização da carreira no EPE.

A FNE reafirmou como prioridades essenciais:

- A criação de uma carreira docente digna, estável e atrativa no EPE;
- A atualização dos salários e subsídios, sem revisão desde 2009, ajustando-os aos diferentes contextos locais;
- O alargamento dos níveis remuneratórios e a contabilização integral do tempo de serviço;
- A redução da burocracia e a definição de horários realistas, adequados às deslocações e aos diferentes níveis de ensino;
- A valorização do ensino presencial, evitando o recurso excessivo ao ensino a distância;
- A promoção de formação contínua e a revisão do atual sistema de avaliação docente.

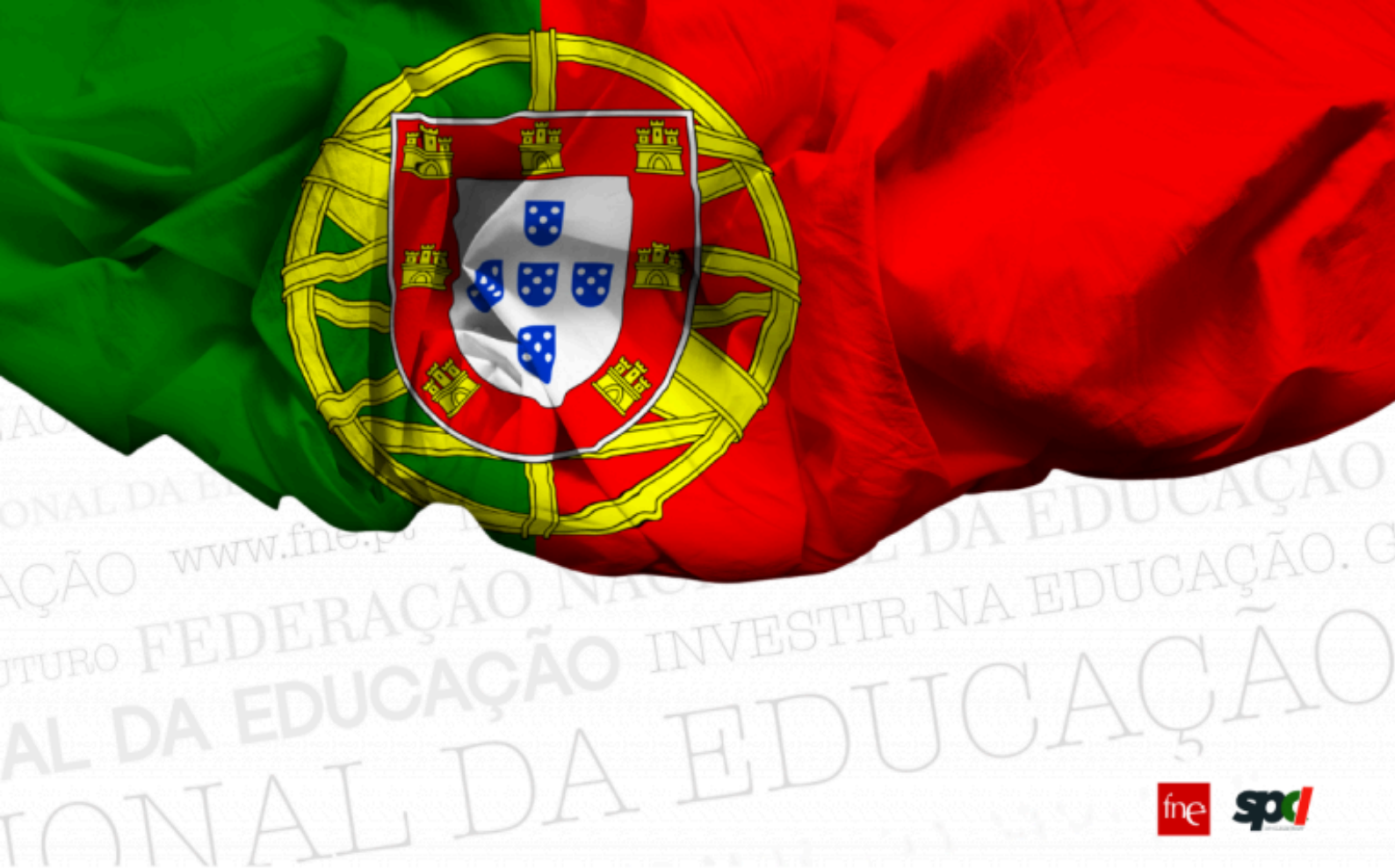
Para a FNE, é fundamental garantir um EPE gratuito, de qualidade e sustentado na valorização dos seus professores, assegurando, assim, a continuidade da ligação dos portugueses e lusodescendentes à língua, à cultura e à identidade nacionais.

A FNE considera igualmente urgente a revisão do regime jurídico do EPE.



Consulte aqui o documento
entregue pela FNE nesta Audiência





FNE assina protocolo negocial para a revisão do EPE

A FNE assinou a 18 de maio de 2026 o protocolo negocial relativo à revisão do regime jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), encarando este momento como uma oportunidade decisiva para concretizar uma mudança há muito reclamada pelos professores, pelas comunidades portuguesas e pelas organizações sindicais representativas do setor.

A FNE, e o seu sindicato filiado, o Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL), esperam que este processo negocial represente, finalmente, um verdadeiro virar de página no EPE, assente na valorização efetiva da língua portuguesa, da cultura nacional e, sobretudo, dos docentes que diariamente asseguram o ensino junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Ao longo dos últimos anos, a FNE tem vindo a denunciar as dificuldades vividas pelos professores do EPE, nomeadamente:

- Salários e subsídios desatualizados há mais de uma década;
- precariedade e instabilidade profissional;
- excessiva burocracia;
- horários desajustados e deslocações extremamente exigentes;
- desvalorização do ensino presencial;
- ausência de uma carreira digna e atrativa.

A assinatura deste protocolo deve agora traduzir-se num processo negocial sério, consequente e participado, capaz de responder aos problemas estruturais do setor e de devolver ao EPE a centralidade estratégica que merece.

Para a FNE, valorizar o EPE significa:

- Garantir um ensino gratuito, presencial e de qualidade;
- assegurar condições de trabalho justas e adequadas;
- atualizar as remunerações em função dos diferentes contextos internacionais;
- promover a estabilidade profissional;
- incrementar a formação contínua e a revisão do atual sistema de avaliação docente.
- reforçar a ligação das novas gerações de portugueses e lusodescendentes à língua, à cultura e à identidade nacionais.

A FNE reafirma a sua total disponibilidade para participar de forma construtiva nas negociações, defendendo soluções que coloquem os professores no centro das políticas educativas para o EPE.

Porque valorizar o Ensino Português no Estrangeiro é valorizar Portugal, a sua língua, a sua cultura e as suas comunidades no mundo.



Pedro Barreiros reeleito Presidente do SPZN

A lista “Novo Tempo. Nova Força”, encabeçada por Pedro Barreiros, venceu as eleições para os órgãos sociais do SPZN, alcançando uma expressiva maioria dos votos e obtendo um forte sinal de confiança por parte dos associados.

A lista “Novo Tempo. Nova Força” recolheu cerca de 97% dos votos expressos, registando-se aproximadamente 3% de votos em branco.

Os resultados confirmam uma vitória clara e transversal em todos os órgãos do Sindicato, demonstrando um amplo consenso em torno do projeto apresentado para o próximo mandato.

Participação significativa em todos os distritos

A participação eleitoral distribuiu-se por todos os distritos abrangidos pelo SPZN, com destaque para:

- Viana do Castelo: 28,8% da participação;
- Porto: 21,3%;
- Aveiro: 17,8%;
- Braga: 13,5%;
- Vila Real: 10,1%;
- Bragança: 8,5%.

A distribuição dos votos demonstra uma implantação sólida e equilibrada da estrutura sindical em toda a região norte, refletindo o envolvimento dos educadores e professores na vida democrática do SPZN.

Um mandato de responsabilidade e proximidade

Os resultados agora conhecidos traduzem não apenas uma vitória eleitoral, mas também uma clara expectativa dos associados relativamente ao futuro do Sindicato.

A elevada confiança depositada na lista eleita representa um reconhecimento do trabalho desenvolvido e, simultaneamente, uma exigência acrescida para continuar a defender os direitos dos educadores e professores, reforçando a proximidade aos associados, a intervenção sindical e a capacidade de negociação.

O próximo mandato inicia-se, assim, com uma forte legitimidade democrática e com o desafio de continuar a afirmar o SPZN como uma estrutura sindical participativa, próxima dos professores e educadores e empenhada na valorização da profissão docente.

A tomada de posse dos novos órgãos eleitos terá lugar no dia 30 de maio de 2026, às 10h30, na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto.

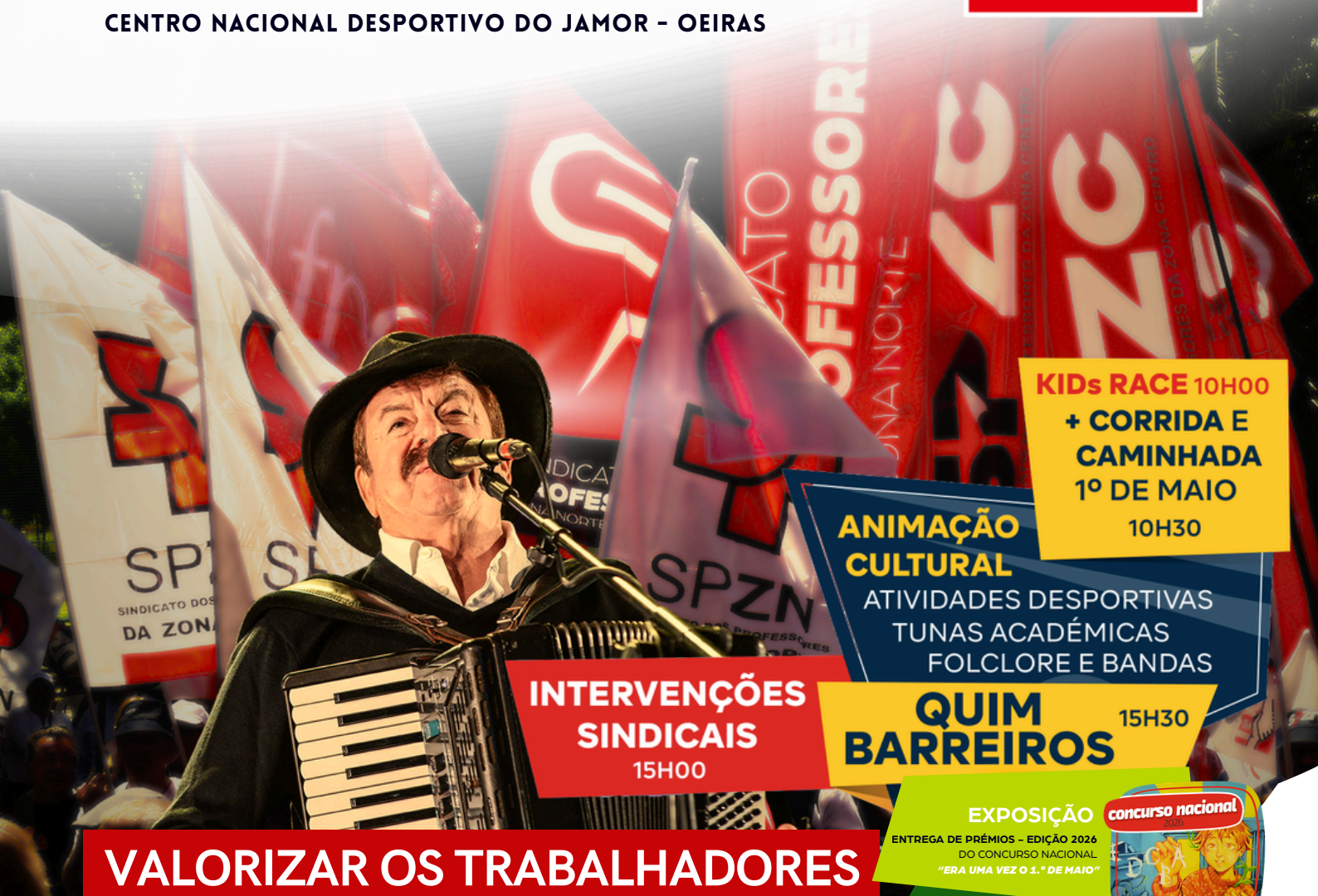
Fonte: SPZN



1º de Maio



CENTRO NACIONAL DESPORTIVO DO JAMOR - OEIRAS



KIDS RACE 10H00
+ CORRIDA E CAMINHADA
1º DE MAIO
10H30

ANIMAÇÃO CULTURAL
ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE E BANDAS

INTERVENÇÕES SINDICAIS
15H00

QUIM BARREIROS 15H30

EXPOSIÇÃO
ENTREGA DE PRÉMIOS - EDIÇÃO 2026 DO CONCURSO NACIONAL "ERA UMA VEZ O 1.º DE MAIO"



o 1º Era uma vez... de maio

VALORIZAR OS TRABALHADORES

CARREIRAS DIGNAS E VALORIZADAS

MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

1º Maio UGT

Dia do Trabalhador

celebrado no Jamor, Oeiras

A UGT e os seus Sindicatos receberam, no Jamor, junto ao Estádio Nacional, todos aqueles que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio, numa celebração que contou com atuações de Tunas Académicas, da banda Buzz Killers e de Quim Barreiros, naquele que foi o momento alto em termos musicais, num dia recheado de iniciativas e que começou com a Corrida UGT logo pela manhã.

Na parte da tarde aconteceram ainda os habituais discursos e presença de dirigentes de todos os sindicatos da UGT em palco assim como do convidado especial, Isaltino Morais, Presidente da Câmara de Oeiras. Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT, deixou no seu discurso, relativamente ao tema do pacote laboral que "a UGT mantém disponibilidade para dialogar, mas só aceitará acordos que sejam bons para os trabalhadores e para o país", afirmou.

A FNE e os seus sindicatos marcaram presença nesta que foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país.

Recorde aqui algumas das melhores imagens do 1º Maio - UGT, que incluiu ainda a exposição dos trabalhos e entrega de prémios a vencedores do Concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" promovido pela FNE e pelos seus Sindicatos.



1º Maio

UGT

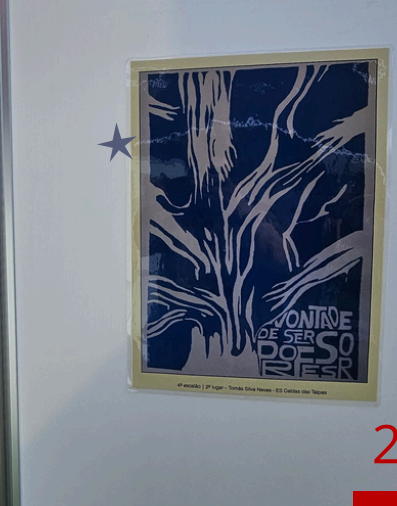
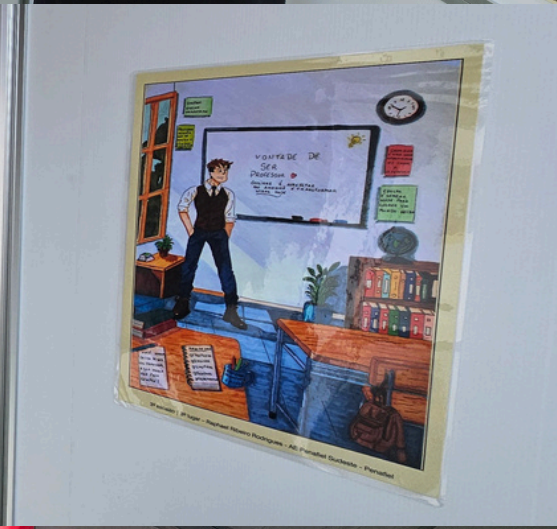
GALERIA DE FOTOS



www.fne.pt

concurso nacional 2026

o 10^o Era uma vez... De maio



Há 40 anos preparava-se a Lei de Bases do Sistema Educativo

- as exigências para a formação de professores

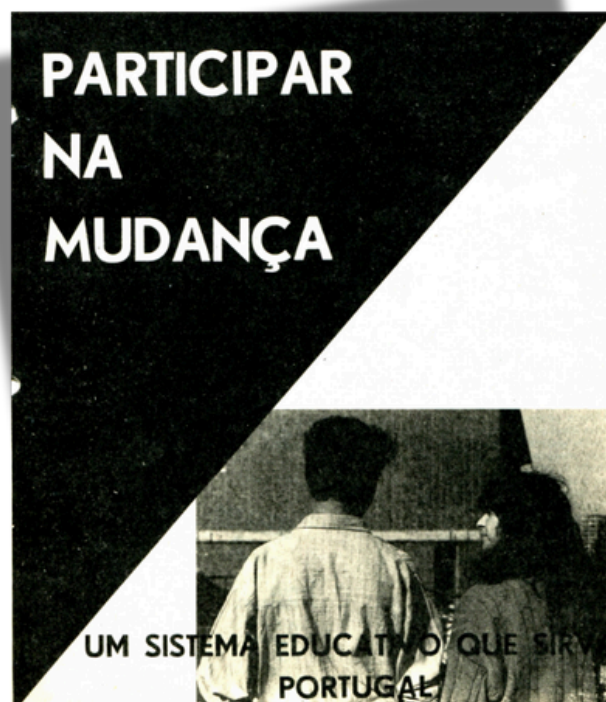
Há 40 anos atrás, em, 1986, a Assembleia da República estava a trabalhar sobre os textos oriundos dos diferentes Grupos Parlamentares, para se estabelecer o articulado final da nova Lei de Bases do Sistema Educativo, a primeira e única até hoje do regime democrático nascido do 25 de abril.

Na altura, a FNE ainda tinha a designação de FNSP - Federação Nacional dos Sindicatos de Professores -, e acompanhava de perto o processo legislativo que estava a decorrer na Assembleia da República.

Entretanto, o Governo já tinha nomeado uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo, na qual participava a então Secretária-Geral da FNSP, Manuela Teixeira, e a qual era constituída também por Alberto Amaral, António Almeida Costa, Britaldo Rodrigues, Carlos Coelho, Manuel Ferreira Patrício, Joaquim Azevedo, Joaquim da Silva Pinto, Sérgio Machado dos Santos, Virgílio Meira Soares, Vítor Aguiar e Silva e Ricardo Charters d'Azevedo.

No quadro do debate público que então era promovido, uma das questões centrais era a do nível que deveria ser exigido para a formação de professores.

Para a FNSP, esta questão era estratégica para a definição do estatuto remuneratório dos professores e do seu reconhecimento



com base na especificidade das funções desempenhadas na escola, pelo que considerava que o nível da formação a exigir aos professores era crucial. Assim, a FNSP foi muito clara desde o início ao exigir, não só que a formação inicial de professores fosse de nível superior mas que houvesse também um compromisso consistente com a garantia do direito a formação contínua para todos.

No editorial de maio de 1986 do jornal da Federação, a Secretária-Geral assinalava os objetivos da FNSP para a nova Lei de Bases do Sistema Educativo:

“Queremos uma lei ampla: adaptada a uma sociedade em mudança. Queremos uma lei que contribua para a real democratização do ensino: o que passa, entre outras coisas, por uma educação infantil oferecida a todas as crianças, por uma escolaridade obrigatória e gratuita de 9 anos, por diversidade de vias a partir da escolaridade obrigatória e com preparação para o ingresso na vida activa.

Queremos uma lei que favoreça o sucesso escolar e pessoal e que dê garantias de qualidade na educação a ministrar.

E é a exigência de qualidade que nos leva a reivindicar uma formação de professores que deve realizar-se no quadro da Universidade.

A atitude investigativa permanente — que é exigível a um professor — coaduna-se mais com uma formação de índole universitária.

Se podemos, por razões pragmáticas, admitir que, por um tempo, as Escolas Superiores de Educação se insiram no Ensino Superior Politécnico julgamos que elas devem tender para se integrarem nas Universidades.

Não temos o complexo da «doutorite» e pensamos mesmo que é urgente fazer uma reforma — ou uma revolução? — das mentalidades.

Mas queremos que a qualidade da formação dos professores seja progressivamente melhor. Estamos preocupados com essa formação. Mas não apenas com a formação inicial. Apostamos na formação contínua e desta coluna chamamos a atenção ao Senhor Ministro: há promessas feitas, compromissos que é imperativo honrar.”

O que acabou por prevalecer foi o princípio de que a formação de todos os professores e educadores deveria ser de nível superior, sendo exigível no mínimo o grau de Licenciado. Acabava assim a prática de distinguir o nível de formação inicial de acordo com o nível de ensino em que se iria lecionar. Aliás, esta era a prática em muitos países da então Comunidade Económica Europeia: para a educação pré-escolar e para o 1º ciclo do ensino básico eram mais baixos os níveis de formação inicial do que para o ensino secundário; assim, a opção portuguesa foi considerada como um exemplo a generalizar.

Contra a defesa do princípio de que para todos os níveis de ensino em que se lecionasse deveria ser exigida uma formação de nível universitário, houve alguma contestação, por ser considerado que se estaria a caminhar para uma elitização da classe profissional docente.

A verdade é que, com este princípio adquirido em sede de Lei de Bases do Sistema Educativo, abriu-se caminho para que se pudessem reivindicar elevados níveis remuneratórios para todos os docentes, tendo em conta o nível de formação que era exigido e, ao mesmo tempo, por esse efeito, o reconhecimento de que ser educador ou professor implicava uma elevada competência e formação científica específica.

*João Dias da Silva
Presidente da AFJET*



SDPA: Prestar Contas!

Aproximando-se o final do mandato desta direção do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores - SDPA, impõe-se uma reflexão sobre o trabalho realizado. É tempo de olhar para trás, medir o impacto das ações tomadas e refletir sobre o caminho que ainda falta percorrer. Mais do que uma formalidade, o termo de mandato de uma direção é o fechar de um capítulo que serve de alicerce para o futuro do nosso Sindicato.

Estamos convictos de que, na ação sindical, ao longo deste quadriênio, e na consecução da missão que elegemos – (Re)Valorizar a Docência | Por Uma Educação de Qualidade –, trilhámos um percurso de um sindicalismo de causas, de proximidade com os colegas, centrado na defesa de soluções para os problemas dos docentes e de um Sistema Educativo de qualidade e para todos.

A nossa intervenção sindical, plasmada nos mais variados documentos oficiais, exercida em diversos planos institucionais e na negociação coletiva, quer no setor público quer no privado, foi cumprida com competência, responsabilidade, coerência e firmeza. Do trabalho realizado demos abundantes provas e tivemos significativos ganhos de causa.

Fazendo um breve balanço da atividade desenvolvida é altura de colocar em perspetiva os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas em áreas fundamentais, como a valorização da profissão docente, a recuperação do tempo de serviço, o combate à precariedade, a garantia da estabilidade docente, a redução da burocracia excessiva e a melhoria das condições de trabalho nas nossas escolas.

A negociação da proposta de alteração do Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores (ECDRAA) definiu o mandato desta direção.

A estratégia do SDPA de negociação, diálogo e proposição, pelos ganhos conseguidos, mostrou-se a mais acertada. Com efeito, entre a primeira proposta da tutela, apresentada em setembro de 2022, e a versão aprovada, em maio de 2023, conclui-se que a nossa ação reivindicativa e as propostas de melhoria apresentadas contribuíram, significativamente, para que o ECDRAA aprovado valorize e dignifique a carreira docente e os educadores e professores dos Açores.

O SDPA foi eficaz na defesa intransigente da classe docente ajudando a promover alterações significativas como: i) a revisão das condições do horário de trabalho semanal dos educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em situação de equidade com os restantes professores de outros níveis de ensino; ii) a reposição do tempo de serviço sonegado na transição inter-carreiras, assim como o restante tempo congelado em outras administrações e até então nunca recuperado, afirmando uma carreira de 34 anos; iii) a melhoria, ainda que parcelar, dos incentivos à estabilidade do corpo docente, com a introdução do subsídio ou disponibilidade de alojamento; iv) a redução de um tempo na componente não letiva com alunos, a partir dos 55 anos; v) a remuneração dos docentes contratados pelo índice da escala indiciária correspondente à totalidade do seu tempo de serviço prestado em horário anual, completo e sucessivo, com menção qualitativa mínima de Bom e cujo tempo seja considerado para efeitos de progressão na carreira; vi) a aplicação da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, no que se refere ao gozo de faltas, férias e licenças por ser mais benéfico para os docentes; vii) a consideração do tempo de serviço prestado, para efeitos de concurso, no desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, mediante um projeto pedagógico devidamente avaliado.

Relativamente ao ensino particular, cooperativo e solidário, estivemos particularmente atentos na negociação da revisão dos Acordos (Convenções) Coletivas de Trabalho que os tutelam, com a URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores e a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA). Da globalidade dos acordos, destacamos as seguintes matérias: a revisão da tabela de remunerações mínimas, bem como as cláusulas de expressão pecuniária, a atualização do subsídio de refeição; a revisão do horário de trabalho dos Educadores de Infância, consagrando um horário de trabalho semanal de 35 horas, definindo, de forma clara, uma componente letiva de 25 horas, uma componente não letiva de 5 horas e uma componente de trabalho individual de 5 horas, sem obrigatoriedade de permanência na escola.

Ao nível da formação docente, o SDPA continuou a afirmar-se como uma referência na Região, através do PROForma – Centro de Formação do SDPA –, que estrategicamente assume como prioridade o investimento na atualização formativa e aprofundamento do conhecimento dos professores e educadores de infância que trabalham nas escolas dos Açores, continuando a disponibilizar uma oferta formativa, quer na forma presencial quer online – reconhecidamente de qualidade e relevância–, em todas as nove ilhas da Região.

No concernente à ação sindical no contexto da Federação Nacional da Educação (FNE) e da UGT, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores participou, de forma dedicada e propositiva, nas diversas iniciativas desenvolvidas, contribuindo para o estreitar de relações entre as diferentes instituições, ampliando a sua intervenção em matérias de âmbito nacional.

No SDPA, inspirados na força das convicções daqueles que nos antecederam e motivados pela confiança dos nossos associados, honramos a memória, exaltamos o passado e os nossos princípios fundadores. Mas, no SDPA, gostamos de olhar para o futuro. Aquele que o SDPA e os seus associados vão todos juntos, seguramente, construir!

A Direção do SDPA

Federação Nacional da Educação

FÓRUM



TRABALHADORES

DE APOIO EDUCATIVO

2026

Valorização, desenvolvimento profissional e reconhecimento dos Trabalhadores de Apoio Educativo

AUDITÓRIO DO MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL



16 DE MAIO 2026

DIA MUNDIAL
DOS TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO



DMPAE 2026 Pela valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo

A FNE e os seus três sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo do norte, centro, sul e regiões autónomas (STAE-ZN, STAAE-ZC e STAE SUL e RA) comemoraram a 16 de maio o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (DMPAE), instituído pela Internacional da Educação (IE) em 2018.

Este dia foi assinalado pela FNE em Penafiel (Auditório do Museu Municipal) com o Fórum "Valorização, desenvolvimento profissional e reconhecimento dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)".

O Grupo Musical "Cantarias", de Penafiel, antecedeu a sessão de abertura do Fórum do DMPAE que esteve a cargo de Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, que reforçou a importância da valorização destes trabalhadores da educação e de como a FNE tem, junto com os seus três sindicatos de TAE, lutado por essa valorização.



Em seguida deu-se o primeiro painel da manhã - "Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo" com as presenças de Jefferson Pessi (IE), João Ramalho, Presidente do STAAE-ZC e César Israel Paulo, Professor e ex-Conselheiro do CNE, que deram uma visão internacional da situação destes trabalhadores, entre outros pontos.



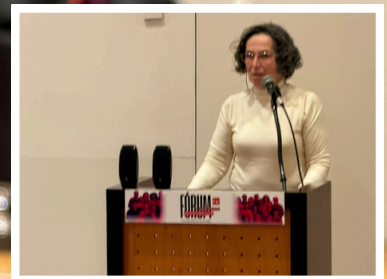
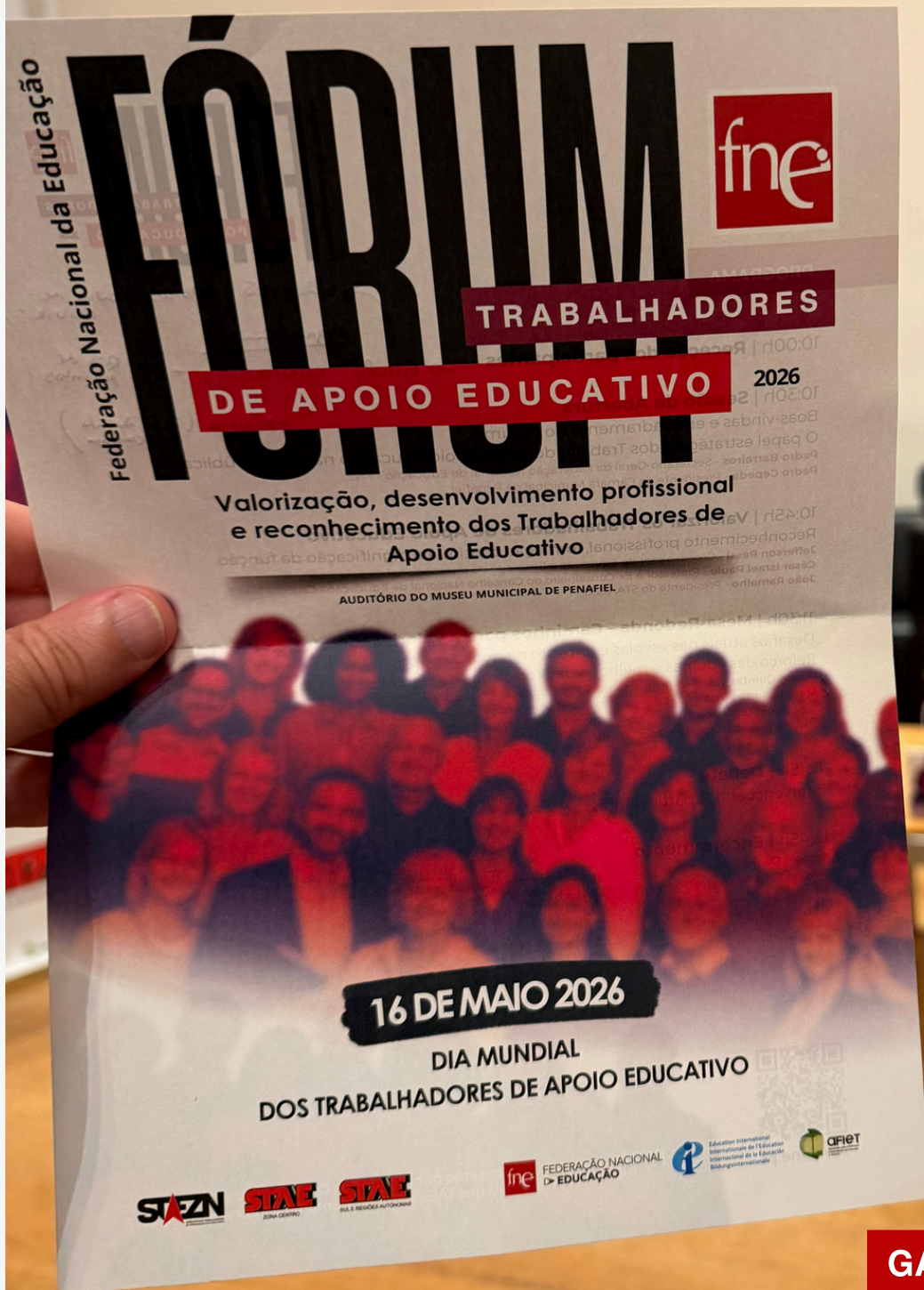
Depois aconteceu a Mesa Redonda "Caminhos para a valorização efetiva dos TAE" desta feita com as participações de Pedro Barreiros, de João Paulo Leonardo, Diretor do Agrupamento de Escolas Passos Manuel, em Lisboa e Cristina Peixoto, Presidente do STAE-ZN e o encerramento com a participação de António Cunha, Vereador da Educação e Conhecimento da Câmara Municipal de Penafiel, e Cristina Ferreira, Secretária-Geral Adjunta da FNE.



O DMPAE celebra a contribuição dos trabalhadores de apoio de educativo na Educação dos seus países e assinala as contrariedades, as reivindicações e os desafios destes educadores, muitas vezes considerados invisíveis. Entre as suas lutas encontram-se um salário digno, a definição de um estatuto com a criação de carreiras específicas, associando-lhe os respetivos conteúdos funcionais, perfis de competência e referenciais de formação.

A luta mundial destes trabalhadores é também o reconhecimento e valorização da sua profissão.







**TRABALHA
DORIS DE
APOIO
EDUCATIVO**



**PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DE APOIO EDUCATIVO!**


Comentários ao Projeto de Recomendação sobre Outros Profissionais da Educação (OPE)

com base nas posições defendidas pela
Federação Nacional da Educação - FNE

Como nota prévia ao presente contributo, importa referir que os trabalhadores identificados no parecer como “Outros Profissionais da Educação (OPE)” continuam, em muitos contextos legais e administrativos, a ser designados como “Trabalhadores Não Docentes”.

A Federação Nacional da Educação considera, contudo, que esta designação é redutora e desvalorizadora, por definir estes profissionais pela negativa, não reconhecendo a especificidade, a dignidade e a relevância educativa das funções que desempenham diariamente nas escolas. Neste sentido, a própria Internacional da Educação tem vindo a adotar a designação “Pessoal de Apoio Educativo (PAE)”, reconhecendo o papel essencial destes trabalhadores na promoção da inclusão, do bem-estar, da segurança, do funcionamento das escolas e do sucesso educativo dos alunos.

Em coerência com esta perspetiva internacional e com a valorização que defende para estes profissionais, a FNE adota a designação “Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)”, por considerar que esta terminologia traduz de forma mais justa, dignificante e adequada a natureza das suas funções e o seu contributo indispensável para a Escola Pública e para a comunidade educativa.



Valorizar os Trabalhadores
de Apoio Educativo é
investir na qualidade da
Escola Pública.

Consulte o
documento completo
no QR Code abaixo



VALORIZAR





Federação Nacional da Educação
www.fne.pt

FNE FEZ CHEGAR AO MECI UM OFÍCIO SOBRE O CONCURSO DE VINCULAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

A Federação Nacional da Educação (FNE) fez chegar na manhã de 27 de maio, um ofício ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício através do qual demonstra a sua preocupação com os efeitos do concurso de vinculação de Técnicos Especializados nas escolas públicas.

Segundo a FNE, o processo, apresentado como uma medida de combate à precariedade e de reforço da estabilidade das equipas educativas, está a gerar insegurança e instabilidade entre profissionais e direções escolares.

A Federação alerta para a confusão em torno das regras e critérios do concurso, bem como para o risco de profissionais altamente qualificados, muitos com anos de serviço em funções permanentes, poderem ficar sem colocação. A FNE considera particularmente grave a possibilidade de afastamento de técnicos que asseguram respostas essenciais junto de alunos, famílias e comunidades educativas.

No documento enviado à tutela, a FNE defende que o processo está a produzir efeitos contrários aos anunciados, provocando ansiedade, desorganização e perda de confiança recordando ainda que estes profissionais desempenham funções determinantes em áreas como inclusão, saúde mental e combate ao abandono escolar, alertando para impactos negativos no funcionamento das escolas.

[Consulte aqui o ofício](#)



Policy Responses to Rising Autism Diagnoses in Childhood

Across the Spectrum





Respostas políticas da OCDE ao aumento dos diagnósticos de autismo na infância

O número de crianças e jovens diagnosticados com perturbação do espectro do autismo (PEA) aumentou entre duas a quatro vezes em apenas 15 anos nos países da OCDE. Os dados atuais sugerem que isto se deve, em grande parte, a um aumento na deteção e no diagnóstico da PEA, e não a um aumento da prevalência subjacente do autismo.

Esta conclusão encontra-se no recente relatório da OCDE “Respostas políticas ao aumento dos diagnósticos de autismo na infância – Em todo o espectro”. O aumento dos diagnósticos de PEA tem o potencial de melhorar os resultados sociais, de saúde e de educação para muitos jovens, mas levou a uma maior procura de apoio, incluindo subsídios por incapacidade e serviços de saúde especializados.

Alguns dos tipos de autismo incluem o Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Perturbação Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação ou Perturbação Desintegrativa da Infância.

Este documento analisa os benefícios e serviços disponíveis em 11 países da OCDE para crianças diagnosticadas com PEA. Conclui que existem grandes diferenças entre os países no nível de apoio oferecido a diferentes grupos, mas também uma forte tendência geral no sentido de basear o direito ao apoio nas necessidades dos indivíduos, em vez de apenas no seu diagnóstico. Os países são a Alemanha, Austrália, Canadá, Dinamarca, EUA, Estónia, França, Israel, Países Baixos, Reino Unido e Suécia.

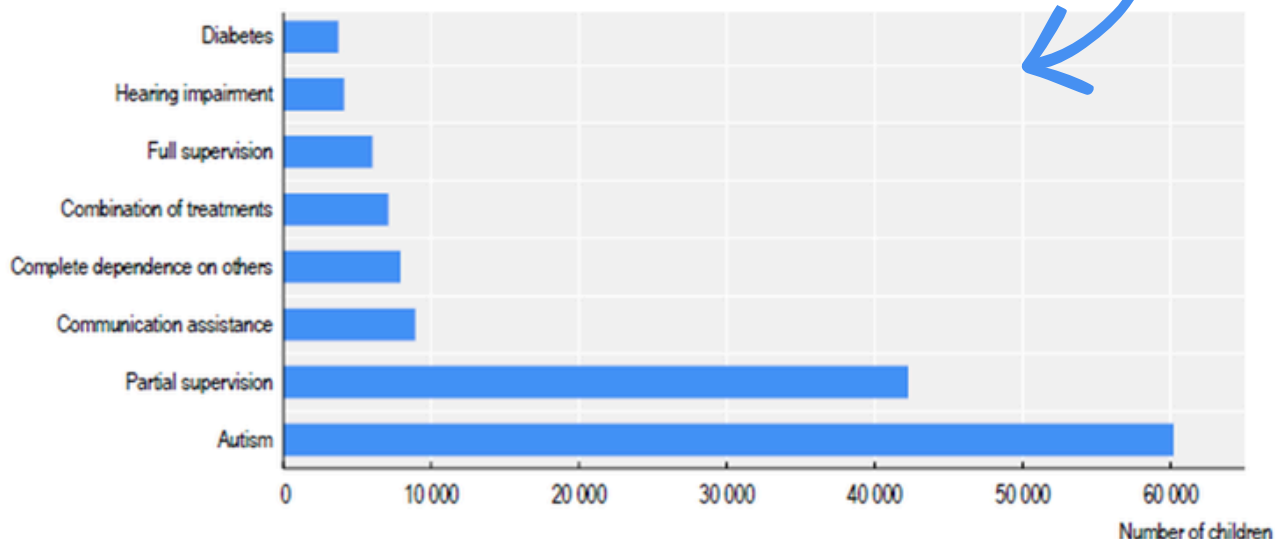
Os diagnósticos de autismo estão a aumentar rapidamente nos países da OCDE, exercendo uma pressão crescente sobre os sistemas de saúde, educação e proteção social. Em todos os países da OCDE analisados neste relatório, a taxa de deteção de PEA em crianças aumentou acentuadamente na última década. Embora as estimativas de prevalência variem consoante as fontes de dados disponíveis, a tendência é inequívoca: a maioria dos

países registou aumentos médios anuais de 6 a 10%.

Este rápido aumento reflete vários fatores: a evolução dos critérios de diagnóstico, a maior sensibilização para o autismo, a redução do estigma, a vigilância precoce do desenvolvimento e interpretações mais amplas do que constitui o espectro do autismo. Consequentemente, a procura por avaliações de diagnóstico cresceu em muitos países e, em alguns casos, foi acompanhada por uma procura crescente de apoio financeiro e serviços especializados, particularmente intervenções na primeira infância e oferta educativa personalizada.

Figura 7.3. O autismo é a principal causa de direito ao Subsídio para Crianças com Deficiência em Israel

As oito principais causas de direito ao subsídio em Israel, 2024



Source: Data provided by the Israeli national authorities.

StatLink <https://stat.link/37sbea>

O Instituto Nacional para a Excelência em Saúde e Cuidados (NICE) do Reino Unido publicou orientações abrangentes sobre o diagnóstico e o tratamento do autismo, bem como recomendações sobre o apoio a crianças e adultos com autismo. Estas orientações gozam de reconhecimento internacional e têm servido de base para orientações semelhantes em muitos outros países da OCDE.

Diagnósticos mais estruturados e multidisciplinares

A capacidade dos sistemas públicos de diagnóstico nem sempre acompanhou o aumento da procura. Muitos países relatam longos tempos de espera para os diagnósticos públicos e uma escassez de profissionais qualificados. Além disso, os dados mostram consistentemente que os sistemas de diagnóstico tendem a favorecer as famílias com níveis mais elevados de literacia em saúde, proficiência linguística e recursos para lidar com percursos complexos.

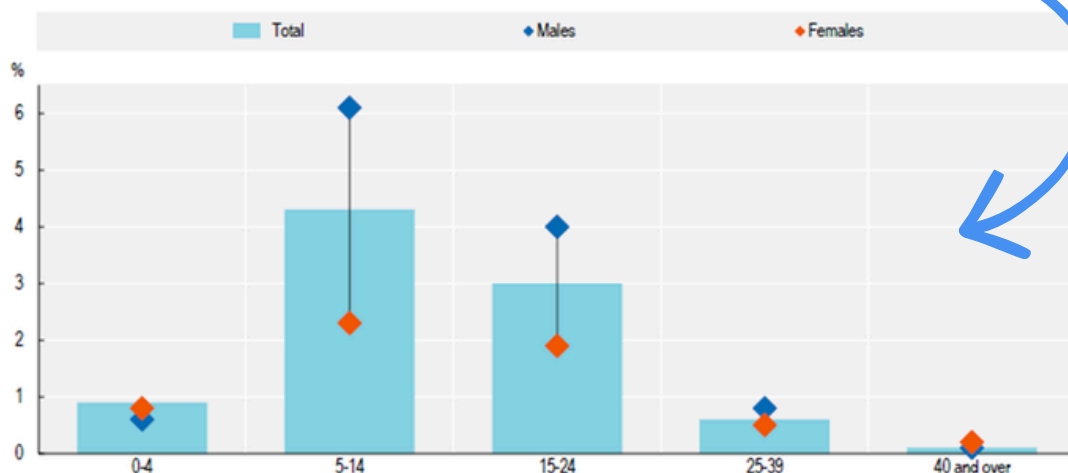
Em vários países (por exemplo, Austrália, França, Israel, Reino Unido), os tempos de espera e a escassez de pessoal têm levado as famílias a recorrer a avaliações privadas, suscitando preocupações quanto à acessibilidade e à consistência.

Além disso, persistem disparidades nas taxas de diagnóstico entre grupos de género, socioeconómicos e étnicos: as raparigas e as mulheres apresentam frequentemente sintomas diferentes e podem permanecer sem diagnóstico durante mais tempo; e as crianças de famílias desfavorecidas ou de minorias podem enfrentar barreiras à avaliação. Estas desigualdades destacam a importância de percursos de diagnóstico estruturados, de alta qualidade e equitativos.

Os quadros de diagnóstico internacionais sofreram grandes transformações nas últimas décadas. A consolidação de vários subtipos de perturbações generalizadas do desenvolvimento numa única categoria de perturbações do espectro do autismo, ao abrigo do DSM-5 e da CID-11, alargou os critérios de elegibilidade para o diagnóstico e padronizou os critérios entre países. Estas alterações permitem o diagnóstico mesmo quando os sintomas se tornam evidentes mais tarde, reconhecem uma vasta gama de manifestações e permitem a classificação de diferentes níveis de gravidade.

Figura 5.1. Os rapazes e jovens australianos apresentam taxas particularmente elevadas de PEA

Proporção de indivíduos com autismo por idade e sexo, 2022



ASD: autism spectrum disorder.

Source: Australian Bureau of Statistics (2024^[13]), Survey of Disability, Ageing and Carers: Autism in Australia, <https://www.abs.gov.au/articles/autism-australia-2022#data-downloads>.

A prática diagnóstica é hoje mais multidisciplinar, envolvendo frequentemente pediatras especializados em desenvolvimento, psicólogos, terapeutas da fala e outros especialistas. Ferramentas padronizadas, como o ADOS 2, o ADI-R, o M-CHAT e o 3di, aumentam a fiabilidade, enquanto o diagnóstico a partir dos dois anos de idade é amplamente considerado fiável quando realizado por profissionais de saúde experientes.

As tecnologias emergentes, incluindo ferramentas de aprendizagem automática para a análise comportamental, revelam-se promissoras no apoio ao julgamento clínico, embora ainda não substituam a avaliação profissional.

Elegibilidade mais variável

Os países oferecem uma variedade de apoios financeiros, mas as regras de elegibilidade e a generosidade variam consideravelmente. Nos países estudados, o apoio financeiro às famílias de crianças com PEA é prestado através de três tipos principais de prestações:

- Subsídios para cuidadores, que reconhecem a reduzida participação no mercado de trabalho e o aumento das responsabilidades de prestação de cuidados dos pais;
- Subsídios para crianças com deficiência, que proporcionam um apoio ao rendimento centrado na criança para garantir padrões de vida adequados e inclusão social;
- Subsídios para custos adicionais, que cobrem despesas relacionadas com a deficiência, tais como terapias, equipamentos e adaptações na habitação.



Serviços diferem entre os países

Os serviços destinados a crianças com PEA são abrangentes, mas diferem significativamente em termos de concepção, intensidade e mecanismos de atribuição. A prestação de serviços a crianças com PEA abrange três sistemas principais: educação, saúde e serviços sociais. A maioria dos países procura adaptar os apoios às necessidades avaliadas das crianças.

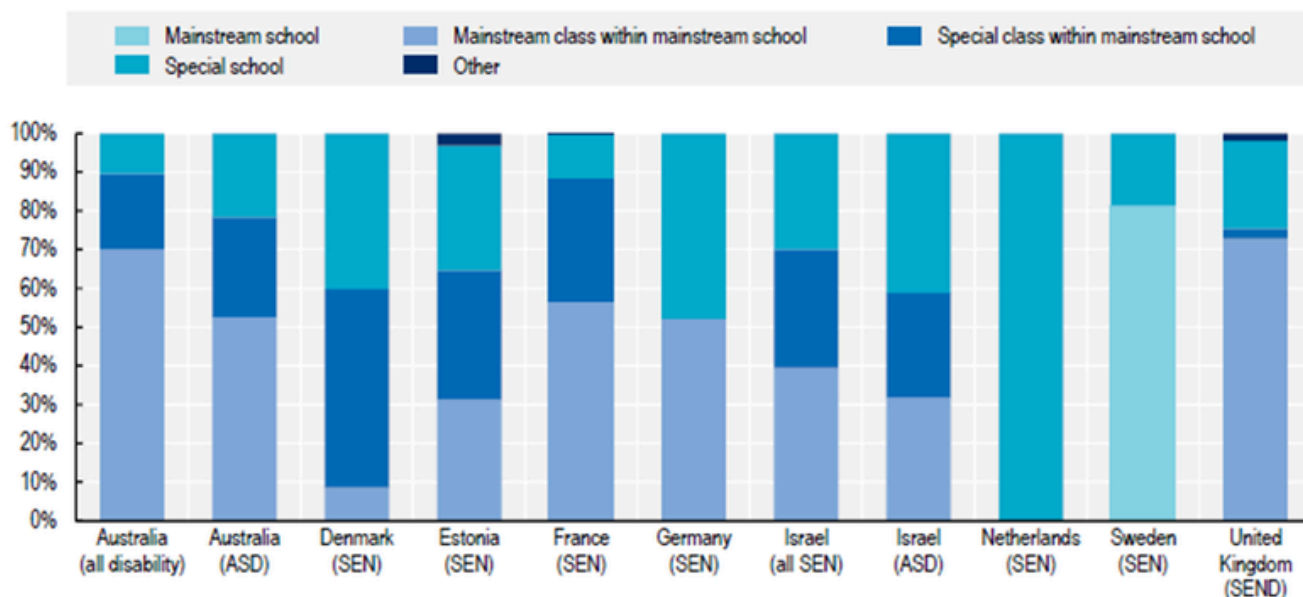
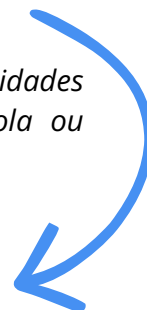
Estes podem incluir:

- Terapias paramédicas (terapia da fala, terapia ocupacional e psicoterapia);
- Apoio educativo individualizado (assistentes de ensino, tecnologia de apoio, currículos adaptados);
- Programas para a primeira infância direcionados para atrasos no desenvolvimento;
- Apoio social, como cuidados temporários, assistência no transporte, formação para pais ou programas pós-escolares.



Figura 4.1. As abordagens à escolarização inclusiva de crianças com PEA ou necessidades educativas especiais variam consideravelmente

Proporção de crianças com necessidades educativas especiais por tipo de escola ou turma, último ano disponível



Uma distinção fundamental entre os sistemas reside na forma como os direitos são atribuídos. Na maioria dos países da OCDE, predomina a atribuição baseada nas necessidades. A intensidade da terapia, a integração no ensino regular em vez do ensino especial e o acesso aos serviços sociais dependem normalmente de uma avaliação multidisciplinar, em vez de uma categoria de diagnóstico.

Israel destaca-se novamente entre os países analisados. As horas de terapia em contextos de educação especial são padronizadas por diagnóstico, em vez de por necessidade individual (por exemplo, um número fixo de horas semanais para todas as crianças com PEA). Esta simplicidade facilita o planeamento e garante uma base de apoio previsível, mas corre o risco de comprometer a equidade: as crianças com necessidades de apoio ligeiras podem receber mais serviços do que o necessário, enquanto aquelas com necessidades mais complexas podem não receber o suficiente.

As diferenças na forma como o apoio é atribuído refletem-se também nos padrões de matrícula.

Os países apresentam variações consideráveis nas proporções de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) matriculados em turmas regulares, turmas especiais ou escolas especiais, dependendo do grau de inclusão dos seus sistemas educativos e dos apoios disponíveis em contextos regulares.

Enquanto a maioria dos países europeus matriculam crianças com NEE predominantemente em escolas regulares, as crianças com PEA em países como Israel e a Austrália são significativamente mais propensas a frequentar contextos de educação especial.

De acordo com a AIA – Associação de Apoio e Inclusão ao Autista, existem em Portugal mais de 60 000 pessoas que sofrem esta perturbação. O autismo é quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino e ocorre em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconómicos.

Leia o relatório integral em:

https://www.oecd.org/en/publications/policy-responses-to-rising-autism-diagnoses-in-childhood_08394255-en.html





Inteligência artificial pode ajudar a discalculia

A discalculia é uma perturbação do neurodesenvolvimento de base biológica que afeta especificamente a capacidade de compreender, processar e manipular números e conceitos matemáticos, sendo comumente apelidada de "dislexia matemática". Embora não esteja relacionada com o nível de inteligência, causa dificuldades persistentes na capacidade de uma pessoa adquirir e utilizar funções como a leitura ou o cálculo. A inteligência artificial (IA) pode ajudar.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), as pessoas com discalculia enfrentam dificuldades na aprendizagem de competências acadêmicas relacionadas com a matemática ou a aritmética, tais como o sentido numérico, a memorização de operações numéricas e o raciocínio matemático preciso. Estima-se que a discalculia afete até 7% da população, coexistindo frequentemente com a dislexia.

Para além dos desafios académicos, a discalculia pode dificultar atividades diárias que requerem compreensão numérica, tais como gerir dinheiro, medir quantidades e controlar o tempo. Pode também influenciar os resultados sociais e económicos.

Embora não se limite à discalculia, um baixo desempenho em numeracia pode afetar negativamente as oportunidades de emprego, os rendimentos e a saúde dos indivíduos, bem como o crescimento económico a nível social.

Nas nossas escolas é cada vez mais comum um professor deparar-se com alunos com discalculia. Esta tendência aumentou com a chegada a Portugal de muitas famílias emigrantes. Em comparação com a dislexia, que já abordámos no Jornal da FNE de janeiro deste ano, existem menos ferramentas digitais baseadas em investigação concebidas para apoiar os alunos com discalculia. No entanto, há vários exemplos a serem desenvolvidos por equipas de investigação, tais como uma plataforma de aprendizagem que ajuda os alunos a representar números e a realizar cálculos simples com os dedos, jogos educativos e ferramentas de tecnologia assistiva, a exemplo de ferramentas de resolução de equações.

Existem ainda menos exemplos de ferramentas baseadas em IA destinadas à discalculia e apoiadas por investigação. À semelhança das ferramentas de IA para a dislexia analisadas anteriormente, as ferramentas de IA mais promissoras para a discalculia também personalizam os conteúdos de aprendizagem para responder às necessidades individuais dos alunos.

O Calcularis 2.0, descrito em mais pormenor na Caixa 2.3, utiliza IA para analisar as respostas e comportamentos dos alunos, identificar padrões de erro e atribuir jogos de aprendizagem de acordo com as necessidades específicas de cada um. Embora esta ferramenta seja apoiada por investigação, é difícil saber se a ferramenta pode ser aplicada com sucesso a alunos de diferentes origens e contextos, devido à falta de evidências.

Caixa 2.3. Ferramenta apoiada por investigação que utiliza IA para apoiar alunos com discalculia

Calcularis 2.0 da Constructor Tech

O Calcularis 2.0 é um programa de aprendizagem adaptativo baseado em computador destinado a crianças com discalculia. Desenvolvido pela Constructor Tech e apoiado por investigação de universidades de renome na Suíça e na Alemanha, tem como objetivo ajudar os alunos a automatizar diferentes representações numéricas, formar e aceder a uma reta numérica mental e utilizar operações aritméticas e conhecimentos básicos.

Os alunos jogam jogos educativos (ver um exemplo na Figura 2.4) que integram elementos visuais, auditivos e cinestésicos na sua instrução para melhorar a compreensão matemática. Os jogos visam duas áreas: 1) representações numéricas e processamento de números; e 2) operações cognitivas e procedimentos com números.

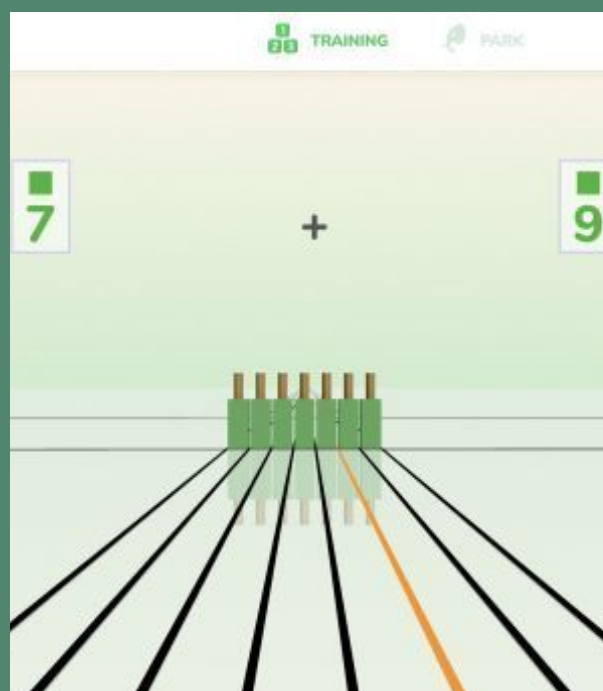


Figura 2.4. Exemplo de tarefa do Calcularis 2.0 sobre comparação de magnitude em estímulos não estruturados



Fonte: Kohn, J. et al. (2020[75]), «Eficácia de um programa de aprendizagem assistido por computador em crianças com discalculia do desenvolvimento. O que influencia a resposta individual?», *Frontiers in Psychology*, vol. 11, <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01115>.

O Calcularis 2.0 utiliza um sistema adaptativo baseado em IA que atribui a tarefa seguinte com base no modelo de aprendizagem do aluno, que é atualizado em tempo real. O programa de matemática inclui mais de 250 competências hierárquicas representadas como uma rede bayesiana dinâmica. Cada competência está associada a um jogo.

À medida que os alunos jogam diferentes jogos, o sistema deduz, a partir do seu desempenho, se já dominam a competência em questão, bem como o seu conhecimento de outras competências (o que é possível graças à representação das competências numa rede hierárquica e interligada). Assim, proporciona um apoio personalizado ao desenvolvimento de competências com base nas necessidades de aprendizagem individuais.

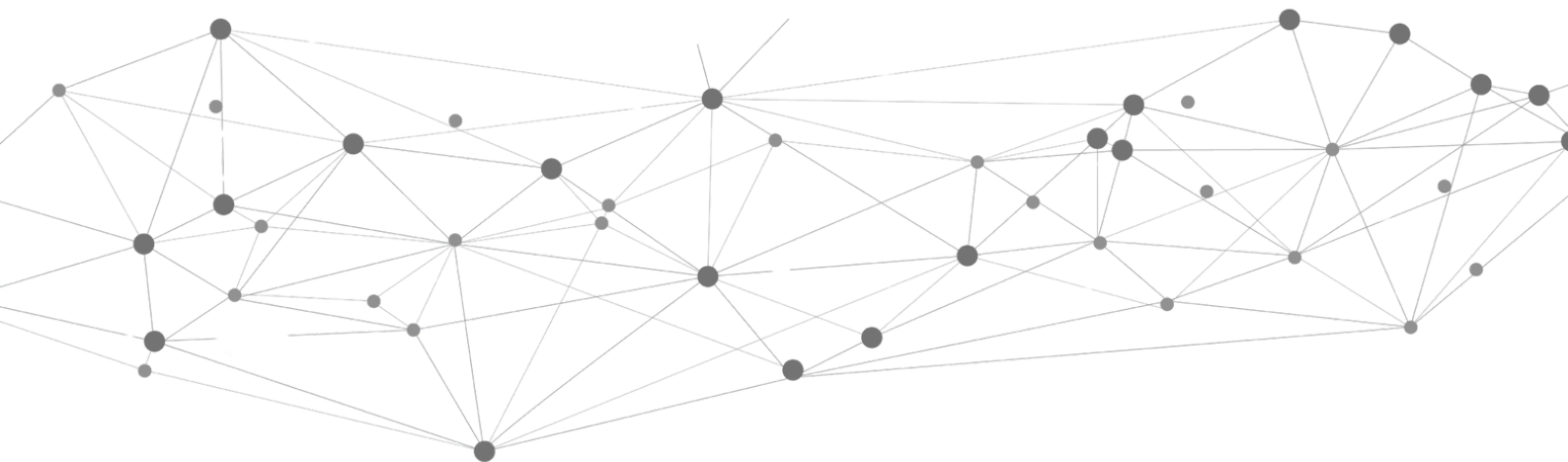
Por exemplo, a um aluno com dificuldades na multiplicação podem ser atribuídas tarefas adicionais que reforcem as competências pré-requisitas, tais como a adição repetida. O programa também pode analisar os comportamentos dos alunos e identificar padrões de erro, a fim de propor exercícios específicos para os corrigir.

Uma equipa de investigação internacional realizou um ensaio controlado aleatório no qual 67 alunos com discalculia, do 2.º ao 5.º anos, foram aleatoriamente distribuídos por um grupo de controlo (ensino regular) ou um grupo experimental (que utilizou o *Calcularis 2.0*) durante um período de até 13 semanas.

Os resultados indicam que o grupo experimental apresentou uma maior melhoria nas operações aritméticas e na estimativa da reta numérica, em comparação com o grupo de controlo. A representação mental da reta numérica ajuda os indivíduos a conceber os números como estando ordenados e espaçados ao longo de um continuum, e esta compreensão é fundamental para a aritmética básica, bem como para o raciocínio matemático mais avançado.

Estas melhorias revelaram-se estáveis, conforme demonstrado por um teste de acompanhamento realizado três meses depois. Estudos de avaliação da versão anterior do programa, o *Calcularis 1.0* — que apresentava menos formatos de treino e não incluía um sistema de recompensas —, revelaram resultados semelhantes, embora menos expressivos. O *Calcularis 2.0* também fornece aos professores feedback automatizado sobre o desempenho dos alunos através de relatórios de aprendizagem, resumos da turma e análises individuais dos respetivos erros. Isto permite que os professores disponham de mais tempo para prestar apoio personalizado.

Com OCDE, "Leveraging AI to support SEN – OECD AI Papers No 46 – Sept 2025"



IA na educação: Conselho Europeu apela a uma abordagem centrada no ser humano

Numa altura em que a inteligência artificial (IA) está a transformar rapidamente os sistemas educativos em toda a Europa, trazendo tanto desafios como oportunidades, o Conselho Europeu defende que os professores continuem a estar no centro do processo de aprendizagem.

“Os professores não são apenas utilizadores da IA”, sublinhou a Dra. Athena Michaelidou, Ministra da Educação, do Desporto e da Juventude, República de Chipre. “São guias, mentores e pensadores críticos que ajudam os alunos a orientarem-se num mundo digital cada vez mais complexo. Apoiá-los com a formação, as ferramentas e as salvaguardas adequadas é essencial para que a IA seja um sucesso na educação”.

As conclusões aprovadas pelo Conselho Europeu apelam a uma abordagem ética, segura e centrada no ser humano em relação à IA na educação, que se concentre no reforço das competências digitais e da literacia em IA, garantindo a inclusão e a equidade, capacitando os professores e apoiando o seu bem-estar e o bem-estar dos alunos. Esta é a primeira vez que a relação entre a IA e o ensino é debatida no âmbito da política educativa.

O Conselho Europeu exorta os governos nacionais a reforçarem as competências dos professores em matéria de IA e de tecnologias digitais, a promoverem o desenvolvimento e a utilização de ferramentas de IA específicas para a educação, a combaterem as desigualdades no acesso aos recursos digitais e a garantirem que a IA contribua para reforçar, e não para comprometer, a autonomia e as condições de trabalho sustentáveis dos professores.

Desafios e oportunidades

O Conselho Europeu reconhece que a IA está a remodelar rapidamente os sistemas educativos e tem o potencial de influenciar a forma como o ensino e a aprendizagem são organizados, como se acede à informação e como as escolas gerem as tarefas administrativas.

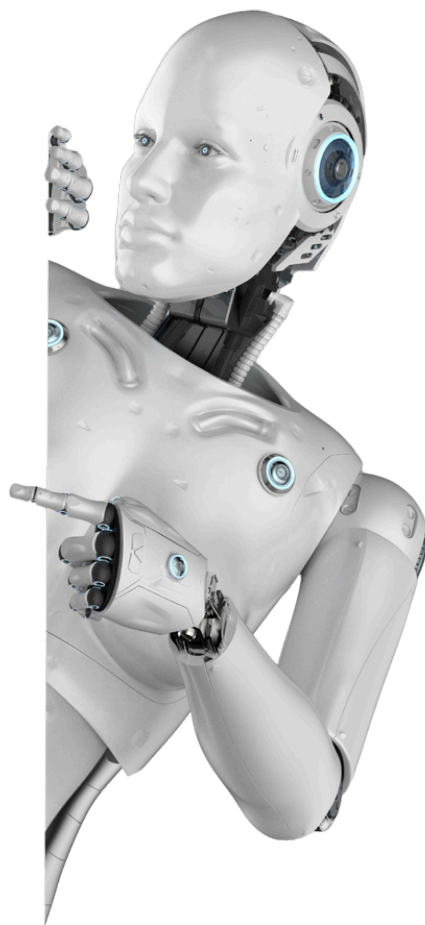
Em termos de benefícios, a IA pode melhorar o ensino e a aprendizagem, apoiando abordagens mais inclusivas, melhorando a acessibilidade para os alunos desfavorecidos e permitindo métodos de ensino e avaliação mais individualizados. Pode também melhorar a eficiência administrativa, libertando mais tempo para o ensino e a aprendizagem.

No entanto, as conclusões do Conselho também suscitam preocupações quanto à redução da autonomia, à dependência excessiva da tecnologia e aos riscos relacionados com aspetos como o preconceito, a desinformação e a proteção de dados. A utilização da IA poderá também agravar as desigualdades e as clivagens digitais, afetar a concentração e a aquisição de competências dos alunos e ter implicações sociais e ambientais mais amplas.

O papel dos professores na era digital

Os professores desempenham um papel central no aproveitamento do potencial da IA na sala de aula, nomeadamente promovendo uma cidadania digital responsável e ajudando os alunos a refletir sobre as implicações sociais, ambientais e éticas das ferramentas de IA. São também fundamentais para avaliar criticamente os resultados da IA e orientar os alunos na compreensão das suas limitações e preconceitos.

Nas suas conclusões, o Conselho defende, por isso, que os professores devem ter a oportunidade de contribuir para a conceção e avaliação das ferramentas de IA, em consonância com uma abordagem baseada no humanismo digital que garanta que a tecnologia apoia a ação humana e os valores democráticos.



Apoiar os professores na transição para a IA

A fim de tirar partido dos benefícios da IA na educação, garantindo simultaneamente que os professores continuem a estar no centro da experiência de aprendizagem, o Conselho exorta os governos nacionais a:

- contribuir para o reforço das competências digitais e relacionadas com a IA dos professores, nomeadamente através da integração da literacia em IA na formação de professores;
- promover a utilização de ferramentas de IA que acrescentem um valor pedagógico claro, preservando simultaneamente a autonomia dos professores e o bem-estar dos alunos;
- incentivar o desenvolvimento de ferramentas de IA específicas para a educação como forma de reforçar a autonomia estratégica da UE, a par de orientações claras sobre proteção de dados, responsabilização e sensibilização para os riscos;
- combater as desigualdades no acesso a ferramentas de IA e recursos digitais, e garantir que os sistemas sejam acessíveis e adequados a todos os alunos;
- garantir condições de trabalho sustentáveis para os professores, tendo em conta o impacto da IA na carga de trabalho, na avaliação e nas tarefas administrativas.

O Conselho observa que a Comissão Europeia também pode apoiar os professores na era da IA, nomeadamente reforçando a cooperação com organizações internacionais como o Conselho da Europa, facilitando a investigação e a partilha de dados, fornecendo orientações sobre a utilização ética da IA e envolvendo os professores na definição de iniciativas a nível da UE.

Da mesma forma, a Comissão pode colaborar com os Estados-Membros para melhorar o reforço de capacidades, incentivar a aprendizagem entre pares e o intercâmbio de boas práticas, bem como promover recursos de formação profissional e iniciativas de colaboração, tanto a nível nacional como da UE.

- **Council conclusions on teachers in the era of artificial intelligence**



Vitória histórica: os direitos sindicais são direitos humanos

Foi uma vitória histórica para trabalhadores e sindicatos: o dia 21 de maio de 2026 marca uma vitória histórica para os trabalhadores em todo o mundo — e para os sindicatos da educação em particular.

A confirmação de que o direito à greve está efetivamente protegido pela Convenção n.º 87 da OIT reafirma o que os sindicatos da educação e a Internacional da Educação (IE) há muito defendem: a liberdade de associação não tem sentido sem o poder de agir coletivamente, isto é, sem o direito à greve.

Esta é uma confirmação há muito esperada de que o direito à greve é parte integrante da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva, tal como definido na Convenção n.º 87 da OIT, constituindo «ações» que os sindicatos devem empreender para defender os seus direitos e promover a justiça social e o progresso social para milhões de trabalhadores na Europa e no mundo.

A IE tem estado na vanguarda dos esforços para defender e promover o direito à greve. Desde as salas de aula às capitais nacionais e à própria OIT, os sindicatos da educação têm demonstrado consistentemente que a capacidade de empreender ação coletiva é essencial para proteger a educação pública de qualidade, boas condições de trabalho e a dignidade da profissão.

Esta decisão valida não só os argumentos jurídicos, mas também as lutas diárias dos educadores e professores que se organizam, mobilizam e, quando necessário, fazem greve para defender os seus alunos, as suas profissões e as suas comunidades.

Numa altura em que os educadores enfrentam o subfinanciamento crónico, uma privatização crescente, condições de trabalho stressantes e ataques crescentes aos direitos sindicais, esta decisão reforça a nossa capacidade coletiva e a nossa determinação em resistir e construir sistemas de ensino público equitativos, inclusivos e devidamente financiados.

A IE e as suas organizações afiliadas acolhem com agrado esta decisão como uma reafirmação do sistema de supervisão da OIT e do multilateralismo, e como um sinal forte de que as vozes dos profissionais da educação não podem ser silenciadas.

Este parecer consultivo, de grande profundidade, aborda, com notável pormenor e sólida argumentação, a interpretação da Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito de Organização, de 1948 (n.º 87), em relação ao direito à greve, e põe fim a uma questão que tinha sido uma fonte de desacordo de longa data entre o movimento sindical na Europa e a nível mundial, que defende esta interpretação, e as organizações internacionais de empregadores que, desde 2012, não só têm trabalhado para desacreditar os direitos sindicais à greve, como também têm posto em risco a autoridade e a credibilidade da OIT e dos seus órgãos.

Esta foi apenas a segunda vez na história da OIT em que uma questão relativa à inter-

pretação de uma convenção internacional do trabalho foi submetida a apreciação, e o primeiro pedido deste tipo ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) desde a sua criação em 1945, tornando-se assim um momento verdadeiramente histórico para o direito internacional do trabalho. O TIJ é um órgão jurisdicional da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede no Palácio da Paz, em Haia.

Agora, a responsabilidade recai sobre os governos. A IE apela a todos os Estados-Membros da OIT para que respeitem e implementem integralmente esta decisão, eliminem restrições injustificadas ao direito à greve e se envolvam num diálogo social genuíno e de boa-fé com os sindicatos da educação.

Para a IE e suas organizações a nível mundial, o direito à greve não é apenas um princípio — é uma ferramenta para defender a educação pública e a justiça social em todo o mundo.





Comité Sindical Europeu da Educação reúne em Bruxelas

Nos dias 28 e 29 de abril de 2026, realizou-se mais uma reunião do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), onde foram adotadas um conjunto de estratégias e decisões que vão nortear as decisões deste Comité e das organizações sindicais europeias de professores.

Os temas abordados incluem questões de política de educação, digitalização, cooperação e negociação com instituições europeias e representantes patronais. Além disso, foram debatidos temas de organização interna relacionados com os projetos em curso e atividades desenvolvidas.

1) CONFERÊNCIA 2028 - A próxima Conferência do CSEE terá lugar em Helsínquia, de 12 a 14 de dezembro, e será mais um momento de reunião de trabalho e partilha de experiências.

2) DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA SINDICAL NAS NEGOCIAÇÕES COM A UE

Adotaram-se documentos políticos sobre as seguintes temáticas:

- **Skills Portability Initiative[1]** - portabilidade e reconhecimento de competências entre países europeus;
- **Quality Assurance[2]** - garantir uma educação de qualidade, com sistemas de educação públicos, bem estruturados, com financiamento adequado, profissionais qualificados e colocando o papel dos docentes como elemento fundamental para a qualidade do processo educativo;
- **Public funding[3]** - Garantir um orçamento nacional para um investimento sério na educação, na sua infraestrutura e nos seus recursos humanos e físicos;
- **Digital Omnibus[4] and AI: prioritising advocacy and action** - o processo de desburocratização e facilitação de procedimentos na área pública está em pleno debate e discussão. O setor da educação será amplamente afetado na organização e implementação de procedimentos pelo que estão em causa temas como a carga de trabalho dos docentes, a garantia de proteção de dados, a autonomia profissional e o diálogo social.
- **Campaign and democracy-related work** - Foram reavaliadas as estratégias sindicais na área do diálogo social relativamente à autonomia docente e às carreiras profissionais. Estão em curso vários projetos e campanhas que visam a ação concreta das organizações sindicais face às mudanças estruturais da profissão, que estão a ser implementadas em muitos países da União Europeia.

Assumi-se uma postura firme relativamente à defesa do diálogo social, a uma ação sindical europeia coordenada, a uma procura de posições políticas fortes e consistentes e a uma valorização do papel central dos docentes na definição das políticas educativas, na defesa de uma educação de qualidade e no reforço da democracia europeia relativamente aos processos de implementação dos sistemas educativos.

O representante de Portugal no Comité do CSEE é Alexandre Dias.



Secretário-Geral da IE, David Edwards



Diretor do CSEE, Jelmer Evers

[1] [Commission seeks views on Skills Portability Initiative - Employment, Social Affairs and Inclusion](#)

[2] [Quality assurance must protect quality jobs in the education sector - European Trade Union Committee for Education](#)

[3] [2025 11 FINAL ETUCE Position on HorizonEurope 2028-34.pdf](#)

[4] [Digital Omnibus Regulation Proposal - Shaping Europe's digital future](#)

Evolução e crises futuras relacionadas com as alterações climáticas

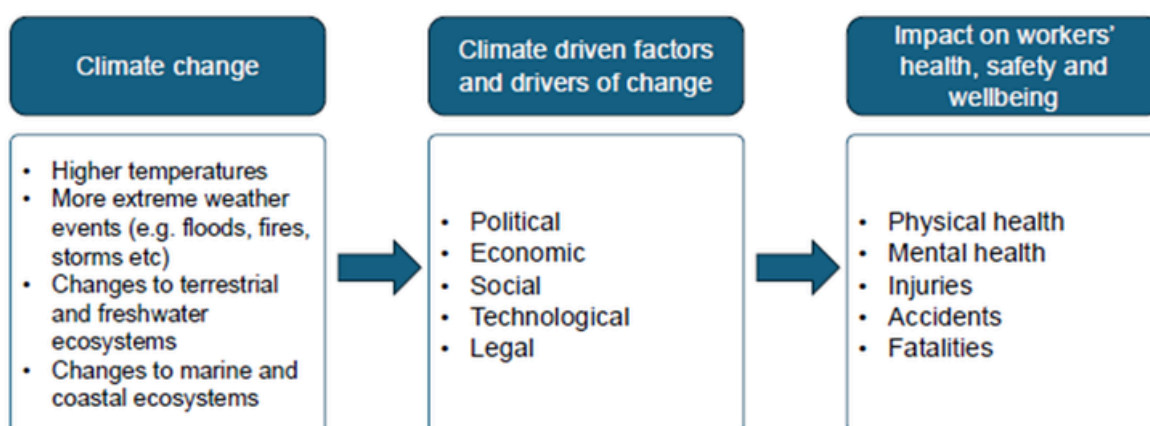
As alterações climáticas e as ações climáticas conexas estão a mudar o mundo do trabalho, dando origem a novos riscos e a transformações profundas. O estudo prospetivo “Implicações das alterações climáticas na saúde e segurança no trabalho”, da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA), analisa a forma como as alterações climáticas e os seus impactos mais vastos influenciarão os empregos e a saúde e segurança dos trabalhadores nos próximos 25 anos.

Utilizar cenários para analisar possíveis futuros ajuda os decisores políticos e as partes interessadas a desenvolver políticas mais inteligentes em matéria de saúde e segurança no trabalho (SST) e contribui para criar ambientes de trabalho que se mantêm saudáveis e seguros à medida que as condições climáticas continuam a mudar.

Este estudo prospetivo procurou responder a quatro objetivos: 1 - Analisar de que forma as políticas e práticas em matéria de saúde e segurança no trabalho devem evoluir para dar resposta à transformação das realidades do mundo do trabalho, impulsionadas pelas alterações climáticas e pelos desenvolvimentos conexas; 2 - Analisar outros riscos para além dos riscos diretos relacionados com o clima (por exemplo, o stress térmico), a fim de incidir na forma como a adaptação à «nova normalidade» afetará as condições de trabalho.

Ainda: 3 - Identificar novos riscos para os trabalhadores decorrentes da mudança de locais de trabalho, horários, exposições e materiais, processos de produção e necessidades de competências; 4 - E facultar informações para ajudar os decisores políticos e as partes interessadas a antecipar novas mudanças e perturbações, salvaguardando simultaneamente a saúde e segurança dos trabalhadores nas próximas décadas.

Figure A. 1 Pathway to identify the indirect impact of climate change on workers' health, safety and wellbeing





Riscos a dar resposta

As alterações climáticas estão a transformar a forma como o trabalho será realizado — desde secas ou ondas de calor mais frequentes e de inundações até novos vetores de doenças. Além disso, as medidas de prevenção e adaptação conexas, como a reformulação das infraestruturas, o planeamento urbano, os processos organizativos ou os tipos de emprego, afetarão as condições de trabalho.

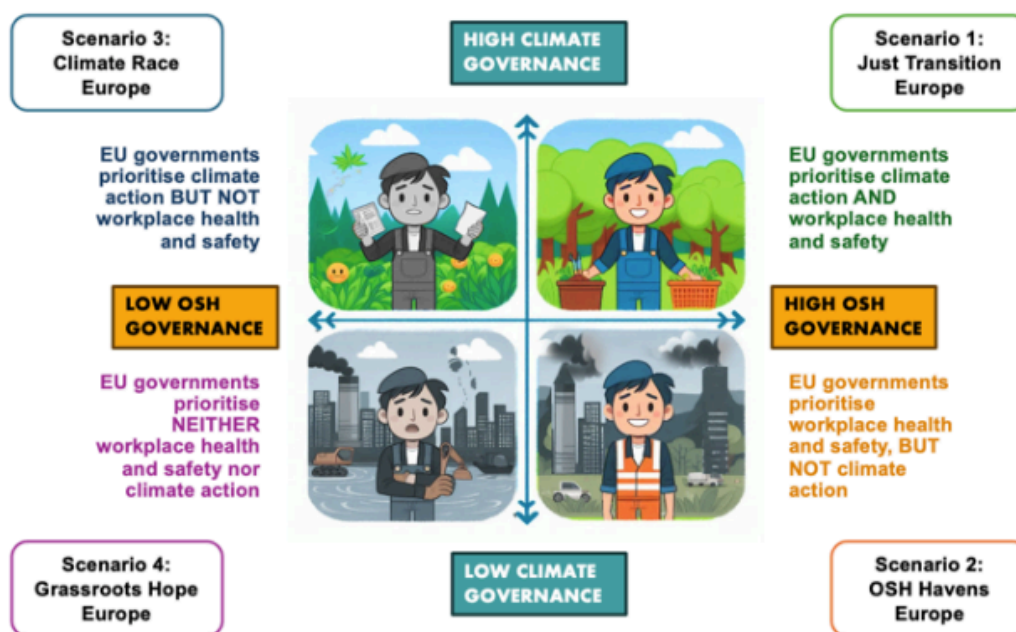
As ações climáticas, como o Pacto Ecológico Europeu, a descarbonização e a transição para uma economia circular, terão um forte impacto nas regiões, nas comunidades e nos locais de trabalho. A adaptação traz tanto desafios como oportunidades em matéria de SST, uma vez que as atividades da economia circular, como a reparação, a reciclagem e a desmontagem, podem gerar empregos sustentáveis, mas também introduzir novos riscos associados aos materiais, ao manuseamento de resíduos ou ao transporte.

Estes impactos são reforçados por fatores mais amplos, pois a migração, as tensões geopolíticas e a incerteza económica moldam a forma como as organizações e os mercados de trabalho evoluem.

Consequentemente, há vários riscos no domínio da SST a dar resposta: riscos para a saúde relacionados com o bem-estar físico e mental, futuras doenças transmitidas por vetores e novos padrões de exposição; substâncias perigosas, poluição e stress térmico; procura por uma maior resiliência e novas competências para gerir a incerteza, devido a perturbações nas empresas causadas pela instabilidade financeira, técnica ou social.

Finalmente: novas tecnologias e perfis profissionais decorrentes da ação climática (por exemplo, as transições ecológicas), como as energias renováveis, a eletrificação, a construção sustentável, o planeamento urbano resiliente e as mudanças no sistema alimentar; e por fim as desigualdades crescentes, que afetam especialmente os trabalhadores mais velhos e as pessoas com patologias preexistentes.

Quatro cenários futuros



Os quatro cenários futuros representados na imagem exploram o potencial impacto indireto das alterações climáticas na saúde e segurança no trabalho. Este método apresenta várias hipóteses sobre como o futuro poderá desenrolar-se. Não se trata de previsões, mas sim de exemplos que demonstram como as principais incertezas podem interagir. Ao ilustrar o que poderia acontecer, os cenários ajudam as pessoas a visualizar diferentes resultados possíveis e a refletir sobre as respetivas implicações.

Cenário 1 — Transição justa: este é o cenário mais otimista, em que a neutralidade climática e uma forte proteção dos trabalhadores evoluem em conjunto.

Cenário 2 — Refúgios de SST: sistemas sólidos de SST coexistem com a inação climática, criando profundas desigualdades e dependência em relação à automatização.

Cenário 3 — A corrida climática: a ação climática precipitada, sem garantias em matéria de SST, cria novos riscos significativos para os trabalhadores.

Cenário 4 — Esperança dos níveis de base: com instituições fracas, a proteção dos trabalhadores passa a ser auto-organizada, o que põe em evidência a fragilidade de se depender de ações não estatais.

Embora se permita que os dados orientem os nossos cenários, os domínios prioritários a explorar incluem a ecoansiedade, a migração em massa, adaptações mais vastas em termos económicos, tecnológicos e climáticos, novos métodos de trabalho e valores, bem como competências e profissões emergentes.

Estudo prospetivo:

<https://osha.europa.eu/pt/publications/foresight-study-climate-change-implications-osh>

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as
condições de exercício profissional, no
termo do ano letivo 2025/2026

12 a 26 de junho 2026

WWW.FNE.PT